

CATÁSTROFES NATURAIS

UMA EXPOSIÇÃO CADA VEZ MAIOR

Foi na Europa que se registaram os maiores prejuízos materiais seguros tendo, inclusive, ultrapassado os EUA, tradicionalmente a região do globo que ocupa o topo das tabelas dos prejuízos seguros



João Costa Duarte
Corretor de Seguros, S.A.
joao.costaduarte@costaduarte.pt

Ainda que 2007 não tenha sido um ano excepcionalmente grave em termos de prejuízos materiais, as recentes estatísticas publicadas pela Swiss Re¹ – uma das maiores Resseguradoras mundiais – confirmam a tendência no aumento do número e do custo resultantes de catástrofes naturais.

Contrariamente ao que é habitual, foi na Europa que se registaram os maiores prejuízos materiais seguros tendo, inclusive, ultrapassado os Estados Unidos da América, tradicionalmente a região do globo que ocupa o topo das tabelas dos prejuízos seguros.

De uma estimativa de aproximadamente US\$ 65,7x109 de prejuízos, prevê-se que apenas cerca de 35% (US\$ 23,3x109) sejam indemnizáveis pelos seguros, o que tem como consequência serem as empresas, os cidadãos e os Estados a suportar uma factura de mais de US\$ 42x109.

Na origem destes números estiveram, entre outros, os seguintes eventos:

- A tempestade Kyrill que afectou no início do ano a Alemanha, Reino Unido, Bélgica e Holanda;
- As chuvadas e inundações que atingiram diversas vezes o Reino Unido;
- As tempestades ocorridas durante o mês de Abril nos Estados

Unidos da América;

- A passagem do ciclone Gonu pelo Golfo de Oman;
- As inundações ocorridas em Outubro na região de Tabasco, no México;
- Os fogos florestais que devastaram a Califórnia também durante o mês de Outubro passado.

EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

Os dados disponíveis mostram uma tendência de subida acentuada dos prejuízos seguros nos últimos anos, o que tendo em conta as alterações climáticas, leva os principais resseguradores a trabalhar afincadamente na melhoria dos modelos de análise estatística a aplicar aos riscos catastróficos, especialmente os relativos a tempestades e inundações.

Apesar deste aumento de frequência e de severidade, com particular destaque o ano de 2005 fortemente afectado pela temporada de furacões que assolou a costa norte-americana, as medidas tomadas após Setembro de 2001, que se traduziram num fluxo de capitais e reforço das reservas em larga escala, combinado com adequadas políticas de subscrição, permitiram que os Balanços das grandes Resseguradoras mundiais tenham respondido de forma satisfatória às indemnizações decorrentes

destes sinistros.

PERSPECTIVA FUTURA

Nos últimos dois anos, assistiu-se a um período de soft market, caracterizado por um menor rigor nas políticas de subscrição e que se traduziram em descidas acentuadas dos prémios na maioria das classes de risco.

Apesar desta contradição evidente (por um lado aumento das indemnizações e por outro descida significativa dos prémios), é de admitir que os próximos dois anos irão ser caracterizados por:

Uma melhor monitorização dos riscos catastróficos, em particular a exposição aos riscos de incêndio, tempestade, inundações e fenómenos sísmicos;

uma estabilidade do mercado, por forma a evitar a alternância constante de ciclos relativamente curtos de hard market e de soft market;

uma tarifação rigorosa dos riscos; um maior nível de exigência na definição e actualização dos capitais a segurar;

uma intervenção directa do Estado em complemento de riscos que não possam ser transferidos para as seguradoras.

De outro modo, o projecto Solvência II, à semelhança de Basileia II para a banca, estabelecerá um novo

quadro global de solvência aplicado a todas as seguradoras da União Europeia, baseado no risco e numa supervisão que proteja de forma efectiva os direitos dos segurados. Com entrada em vigor prevista para 2012, o novo projecto vai obrigar as seguradoras a uma melhor análise do risco, que deverá incidir, não apenas em rácios e indicadores quantitativos, mas também sobre referenciais qualitativos que influenciem a situação da empresa em termos de risco.

O CASO PORTUGUÊS

Falar de riscos catastróficos em Portugal é falar essencialmente da exposição ao risco de fenómenos sísmicos. Do ponto de vista da ocorrência de sinistros indemnizáveis pelos seguros, Portugal tem escapado às ocorrências que se têm verificado nas várias regiões do mundo, ainda que nos últimos anos os fogos florestais de 2003 e 2005, tenham tido um efeito devastador para a floresta portuguesa e prejuízos significativos para uma importante fatia da população. Grande parte destes riscos não estava transferida para as seguradoras, o que significa que os prejuízos indemnizáveis pelos seguros foram relativamente baixos.

São públicos os sinais de que o Governo se prepara para avançar

com a criação de um fundo destinado a fazer face a catástrofes naturais, financiado em conjunto pelo Estado e pelas seguradoras, mas não é ainda conhecida a forma de financiamento e funcionamento deste fundo.

COMO TRANSFERIR O RISCO

O seguro tem uma importância vital para a sociedade, na transferência de riscos a que cidadãos, empresas e alguns casos até o Estado estão expostos.

Preparar a transferência do risco para uma seguradora é um exercício cuidadoso, que envolve, por um lado, a identificação dos riscos seguráveis que possam afectar significativamente o património e, por outro, a determinação correcta dos capitais a segurar, de acordo com os critérios previstos nas apólices. No caso das empresas, deve-se ainda dar particular atenção ao seguro de Perdas de Exploração, cobertura complementar dos seguros de danos materiais.

Os serviços de um corretor de seguros – como entidade independente que actua por mandato expresso dos seus clientes – é pois um recurso imprescindível na montagem, estudo, negociação e gestão de qualquer programa de seguros.

¹Fonte: "Swiss Re, sigma Nº 1/2008"

